

Democracia e Relação Escola-Comunidade

“Eu acho que a escola tem uma postura ainda muito austera, acho que a escola tinha que se envolver mais. A proposta é que você traga a comunidade para dentro de sua escola, que você se envolva mais com essas questões comunitárias, porque é a vida do nosso aluno e precisamos estar dando conta disso, mas eu acho que a escola ainda tem uma postura meio que resistente.”

“A relação com a comunidade é tranqüila, mas a participação dos pais é muito difícil e a Associação de Moradores atua muito pouco. Aqui não tem nada para dar apoio. (...) Temos uma parceria boa com o SESI. No começo do ano eles fizeram um trabalho bom porque trabalharam com educação para o meio ambiente, reforço escolar, esportes, alimentação... (...) Também temos uma parceria boa com uma eletroquímica que tem aqui (...) também temos parcerias boas com outras escolas. O problema todo aqui são os pais que nós não vemos.”

“Acho que por muito tempo a escola trabalhou isolada, a escola fornecia um tipo de educação, ensinava vários conteúdos, e foi assim por muito tempo, e durante um bom tempo os pais ficaram à parte do que acontecia dentro da escola e hoje em dia fazer esse caminho de volta não é fácil”.

“É uma comunidade carente, que até participa um pouco, e se a escola propuser atividades interessantes até vem, mas para participar da avaliação (...) aí eles não vem. A gente tem uma dificuldade grande com a participação deles aqui.”

(Trechos de entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa “Cidadania, Direitos Humanos e Educação”)

No que se refere à relação da escola com a comunidade, os depoimentos selecionados nos remetem à dificuldade da escola interagir mais diretamente com o entorno social e abrir suas portas e muros para as questões comunitárias. Também expressam a dificuldade da escola de sair do isolamento anteriormente vivido e buscar uma maior integração com outros parceiros na comunidade (como postos de saúde, centros culturais, bibliotecas, organizações não governamentais e universidades), o que se relaciona a questões mais complexas - responder aos imensos desafios pedagógicos que recaem sobre a escola, a própria impotência diante dos problemas sociais e a falta de integração entre as políticas públicas por parte do poder estatal e/ou municipal, entre outras.

O desafio de construir uma escola verdadeiramente democrática nos foi colocado oficialmente pela Constituição Federal de 1988 (Art. 206) e assumido pela Lei n. 9.394/96 (Art. 3º, inciso VIII). A criação de Conselhos Escolares, uma das estratégias de gestão democrática estabelecida pela LDB, pressupõe o exercício de poder a partir da participação das comunidades escolar e local. Sua atribuição é representar a comunidade junto à direção da escola, tomando as decisões que são de sua competência e aconselhando os dirigentes sobre as ações a empreender e os meios e recursos a utilizar. Os conselhos existem para dizer à direção o que a comunidade espera da escola, por essa razão devem representar em sua composição a diversidade e a pluralidade de vozes de sua comunidade, promovendo a gestão democrática.

No âmbito da relação escola e comunidade destaca-se especialmente a angústia dos educadores diante da complexidade do relacionamento com as famílias.

Quando entrevistados/as relatam que sentem um grande peso sobre a escola no que se refere às responsabilidades sobre a educação das crianças, adolescentes e jovens, estão certamente imbuídos de razão. Quando a família não participa do processo de educação escolar de seus filhos e filhas este fato influencia no desenvolvimento cognitivo de alunos e alunas, e não menos nas possibilidades de crescimento como cidadãos/ãs

de todos os personagens envolvidos. Porém, apenas diagnosticar as dificuldades das famílias em se envolver com a vida escolar de seus/suas filhos/as é abrir mão de ampliar o debate sobre os significados das relações entre escola e comunidade.

Antes de qualquer outra consideração, é preciso ter clareza que se a política educacional recente está cobrando a participação dos pais e mães na gestão da escola pública, tal política tem implicações de classe e de gênero que não podem ser ignoradas: quando a escola conta com a família pressupõe um modelo de família com capital econômico e determinada formação escolar, e com uma mãe disponível e prioritariamente dedicada à educação dos/as filhos/as. Nem sempre são consideradas as relações entre essa expectativa de participação e as mudanças e variações na organização familiar. Também é pouco comum reconhecer a assimetria de gênero que faz recair a responsabilidade pela educação dos/as filhos/as sobre as mulheres.

A construção da parceria entre famílias e escola, enquanto uma relação de cooperação - como defendida por Jean Piaget: cooperar é operar junto, é estabelecer trocas equilibradas com o outro - implica em colocar-se no lugar do outro e buscar a construção de situações de verdadeira interação e não apenas esperar a troca de idéias ou favores. Essa parceria da escola com a família/comunidade deve ser construída através de uma intervenção planejada e consciente da escola em que esta possa criar espaços de reflexão, estabelecendo acima de tudo a aproximação entre as partes. Pensar neste tipo de parceria requer então, uma tomada de consciência no sentido de perceber que não basta solicitar a presença de mães e pais para apresentar-lhes uma lista de problemas dos/as filhos/as. A escola precisa da cooperação da família porque é fundamental conhecer as dinâmicas internas e o universo sócio-cultural vivenciados pelos/as alunos/as, para que possam ser compreendidos e respeitados.

Retomando a relação da escola com a concepção de democracia, poderíamos afirmar que seria um equívoco desvincular a participação dos próprios processos de educação. Qualquer processo educativo exige a participação efetiva de educador/a e educando, assim como toda participação real tem em si mesmo um caráter educativo. Ao participar da vida escolar, comunidade escolar e comunidade local podem contribuir com a sua própria experiência para aprimorar o processo democrático na escola, assim como se educam nessa troca. Para isso é fundamental revigorar as instâncias de participação da escola, de forma a transformá-las em espaços de reais manifestações da comunidade. Cabe a todos nós buscar meios de superar as dificuldades encontradas nos cotidiano, de forma a romper com os componentes autoritários e conservadores que tão profundamente marcam a nossa cultura. Trata-se de enfrentar o desafio de constituir uma gestão democrática que contribua efetivamente para o processo de construção de uma cidadania emancipadora, o que requer autonomia, participação e criação coletiva dos níveis de decisão.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Adir da Luz. *Uma relação muito delicada: escola e comunidade*. Anped. GT - Educação Popular - nº 6, disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/adirluzalmeidat06.rtf>

CAETANO, Luciana Maria. “Relação escola e família: uma proposta de parceria” in *Revista Intellectus*, Jul-Dez/2003 disponível em http://www.unopec.com.br/revistaintellectus/_Arquivos/Jul_Dez_03/PDF/Luciana.pdf

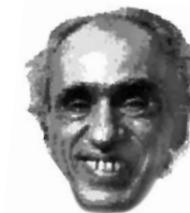
CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. “Relações entre família e escola e suas implicações de gênero” in *Cadernos de Pesquisa*, nº 110, julho/2000, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a06.pdf>

Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura de Belo Horizonte. II Congresso Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino/Escola Plural disponível em <http://www.pbh.gov.br/educacao/Tb2.pdf>

Direitos Humanos na sala de aula

“Sem participação, sem liberdade, não há aceitação da diferença nem interesse pelo social.”

Betinho



Apresentação

A amplitude do tema privilegiado pelas edições de agosto e setembro deste boletim e a importância de que se reveste, fazem lembrar os versos de Drummond

Mundo mundo vasto mundo,
mais vasto é meu coração.

Através dessas edições, propusemos um tanto da prosa comprida a prostrar. Percorremos um trecho do caminho longo a caminhar.

Neste número, a exemplo do anterior, *Sala de aula em movimento* se dedica a atividades que problematizam discriminações e preconceitos para que, buscando a superação deles, seja possível, ao mesmo tempo, contribuir para o reconhecimento de tod@s como sujeitos de direitos e experimentar, Cada um/a de nós, de forma mais plena esta condição. De igual modo, as indicações de Enriquecendo a ação são algumas pistas do que já temos disponível sobre a temática.

O texto para refletir aborda mais um ângulo da democratização da escola, a relação escola-comunidade, convergindo para o mesmo ponto já que é “fundamental conhecer as dinâmicas internas e o universo sócio-cultural vivenciados pelos/as alunos/as, para que possam ser compreendidos e respeitados”.

Se é verdade que este tema é um vasto um mundo (e é), mais vasto é o nosso coração, lúcido e comprometido com a justiça social, expressa na ênfase da igualdade com respeito e valorização das diferenças que nos caracterizam e enriquecem.

Estamos tod@s, junto a Carlos e Raimundos, convocados a mergulhar na reflexão-ação sobre o tema para, sem trocadilho, fazer a diferença.

A equipe

Participe

Em novembro, mais uma vez nossos/as colegas parceiros/as escreverão o *DDHH em sala de aula*, registrando em suas páginas trabalhos que desenvolveram em 2007. *Participe*. Envie seu material até **5 de outubro** ou **11 de outubro** (se utilizar e-mail). Partilhe suas experiências com os/as leitores/as de nosso boletim.

Datas Significativas

10 - Dia da Imprensa

16 - Dia Internacional da Paz

17 - Dia da Compreensão Mundial
Duas datas (16 e 17) cuja concretização exigem a igualdade de direitos para tod@s

22 - Dia Nacional da Juventude.

23 - Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças

Editora

Susana Sacavino

Equipe Responsável

Vera Maria Candau
Laura Cristina Campello do A. Mello
Iliana Aida Paulo
Marilena Varejão Guersola

Texto Final

Iliana Aida Paulo

Supervisão Editorial

Adelia Maria Koff

Composição Gráfica

Companhia Visual Manteca

NOVAMERICA

Programa Direitos Humanos Educação e Cidadania